onjornal.com



Foto: GE

Seleção brasileira sub-17: veja os 21 convocados para a Copa do Mundo

Página 12

PF inicia atividades de central contra crimes cibernéticos infantis

Foto: Gabriel Correa



PÁGINA 11

Foto: Igor Cavallini Johansen



Operação de sete hidrelétricas na Amazônia inclui monitoramento de rios e reservatórios

Página 6



Eduardo Braga cita novo porto de R$ 1 bi para defender continuidade do governo Lula

Página 2

Direito de resposta a Omar Aziz é concedido após propaganda de Maria do Carmo

O senador Omar Aziz (PSD), candidato ao Governo do Amazonas, obteve direito de resposta contra a propaganda eleitoral da adversária Maria do Carmo (PL), após decisões do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) apontarem irregularidades em peças publicitárias que citavam sua trajetória política. A medida prevê 620 inserções destinadas à resposta do senador, sendo 230 na televisão e 390 no rádio, além de espaço no programa eleitoral da candidata.

As decisões envolvem sete inserções veiculadas desde quinta-feira (15), com acusações relacionadas a diferentes episódios da carreira política de Aziz. O acórdão que concedeu o direito de resposta no programa eleitoral foi aprovado por unanimidade na terça-feira (20), sob relatoria do juiz Diogo Nogueira Franco.

De acordo com o TRE-AM, algumas peças fizeram associações pessoais consideradas ofensivas e atribuíram ao senador uma votação no Congresso que não ocorreu. A Justiça Eleitoral também considerou indevida a associação de Omar Aziz ao abandono da Cidade Universitária, ocorrido após o encerramento de seu governo, em abril de 2014.

As respostas deverão ser veiculadas nos espaços de propaganda eleitoral destinados à campanha de Maria do Carmo.

Eduardo Braga cita novo porto de R$ 1 bi para defender continuidade do governo Lula

Foto: Agencia Senado



O senador Eduardo Braga (MDB-AM) citou a construção do novo Porto da Manaus Moderna, em Manaus, como um dos investimentos federais que, segundo ele, justificam a continuidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante manifestações políticas no Amazonas, Braga destacou a importância da parceria com o governo federal para viabilizar obras de infraestrutura consideradas estratégicas para o estado. O empreendimento portuário prevê investimento de aproximadamente R$ 900 milhões e busca modernizar o embarque e desembarque de passageiros e cargas na capital amazonense.

O projeto prevê uma estrutura de cerca de 38 mil metros quadrados, com terminais de passageiros e cargas, cais flutuantes, pontes móveis, estacionamentos e áreas de apoio. A obra é conduzida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e pretende melhorar a logística fluvial, que conecta Manaus a municípios do interior do Amazonas. Segundo informações divulgadas sobre o empreendimento, a estrutura terá capacidade para movimentar milhões de passageiros por ano e deverá contribuir para a reorganização da área portuária e a revitalização do Centro da cidade.

Braga também relaciona a continuidade do porto a outros projetos federais, como a recuperação da BR-319 e a manutenção dos incentivos da Zona Franca de Manaus. O senador argumenta que a permanência dos investimentos é importante para a infraestrutura, a geração de empregos e a economia estadual. A construção do porto já está em andamento, com conclusão prevista para 2029, segundo informações divulgadas sobre o cronograma do empreendimento.

CMM debate efeitos da fumaça e aprova projetos sobre respeito à servidores

A Câmara Municipal de Manaus (CMM) debateu, nesta quarta-feira (21), os impactos das queimadas e da fumaça na capital amazonense durante uma tribuna popular proposta pelo vereador Rodrigo Guedes (Republicanos). O encontro reuniu o analista ambiental do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Alexandre Sousa e Silva, e o defensor público Carlos Alberto Souza de Almeida Filho. Segundo o representante do Ipaam, incêndios em municípios como Parintins e Itacoatiara, além de regiões do Pará, contribuem para a chegada da fumaça a Manaus, enquanto as condições dos ventos influenciam o transporte e a concentração dos poluentes. Durante a discussão, o defensor público destacou a atuação da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) em reuniões e ações conjuntas com o Executivo, mas defendeu medidas adicionais para enfrentar o problema. O vereador Sérgio Baré (PRD) ressaltou que os efeitos das queimadas sobre o meio ambiente e a saúde da população exigem ações contínuas e articuladas entre os diferentes níveis de governo. Os participantes também enfatizaram a importância da transparência das informações e da coordenação entre os órgãos responsáveis pelo combate aos incêndios e à poluição atmosférica.

Além do debate ambiental, os vereadores aprovaram, em segunda discussão, dois projetos de lei. O PL nº 358/2025, de autoria do vereador Paulo Tyrone (Democrata), cria o programa "Vida Sobre Duas Rodas", voltado à prevenção de acidentes com motociclistas por meio de educação, fiscalização e melhorias na infraestrutura, e segue para sanção do prefeito. Já o PL nº 546/2025, apresentado por Sérgio Baré, institui a campanha permanente "Trate bem a quem acolhe e cuida de você", com o objetivo de incentivar o respeito aos servidores públicos municipais e combater agressões físicas e verbais contra esses profissionais.

Nunes Marques determina suspensão de postagens ilegais contra campanha de Lula

Foto: Luiz Roberto TSE



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, determinou a suspensão de publicações consideradas irregulares contra a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A decisão ocorre em meio à disputa judicial entre as candidaturas de Lula e do senador Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência da República nas eleições de 2026.

As medidas fazem parte de uma série de ações apresentadas ao TSE envolvendo conteúdos divulgados nas redes sociais durante a campanha eleitoral. Em decisões relacionadas ao caso, a Justiça Eleitoral determinou a retirada de publicações que associavam candidatos a organizações criminosas sem sustentação reconhecida pelo tribunal. O plenário do TSE também confirmou decisões individuais que determinaram a remoção de conteúdos envolvendo os dois candidatos. A atuação da Corte ocorre em meio ao aumento da judicialização da campanha e às discussões sobre os limites da propaganda eleitoral, a disseminação de desinformação e a liberdade de expressão nas plataformas digitais. As decisões judiciais buscam estabelecer quais conteúdos podem permanecer disponíveis durante a disputa, sem impedir a divulgação de críticas políticas e informações devidamente fundamentadas.

Juristas e ex-ministros do STF divulgam carta em defesa da democracia eleitoral

Foto: Reprodução



Um grupo de advogados, professores de Direito e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou, na quarta-feira (21), uma carta em defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras. O documento é assinado, entre outros, pelos ex-ministros do STF Rosa Weber, Antonio Cezar Peluso e Celso de Mello, e afirma que a preservação do Estado Democrático de Direito deve estar acima das divergências políticas.

Embora não cite nominalmente os candidatos à Presidência, o manifesto defende o apoio a um candidato que respeite as instituições democráticas e não tenha a intenção ou a possibilidade de concentrar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sob seu comando. Os signatários ressaltam que a independência entre os Poderes é essencial para manter o equilíbrio institucional e garantir o funcionamento do sistema de freios e contrapesos. Intitulado "Manifesto pela Constituição, pela Democracia e pelos Direitos Humanos", o documento afirma que o voto é um instrumento para proteger as instituições e reafirmar o compromisso com a Justiça. A divulgação ocorreu às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, marcado para 25 de outubro, em uma disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL).

Ana Elisa reúne juventude e lideranças da esquerda em ato político em Porto Alegre

A deputada federal eleita Ana Elisa Santos Silva (PT-MG), de 21 anos, participou nesta quinta-feira (22) de uma aula pública no viaduto do Brooklyn, em Porto Alegre, que reuniu estudantes, parlamentares e lideranças políticas. Organizado pelos diretórios centrais dos estudantes da UFRGS, da Uergs e da PUCRS, o encontro abordou a defesa da educação pública, a participação dos jovens na política e a candidatura à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Durante o evento, Ana Elisa destacou políticas sociais dos governos petistas e criticou representantes do bolsonarismo. O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) ressaltou a atuação da parlamentar eleita na mobilização digital da campanha de Lula, enquanto a ex-deputada Manuela d'Ávila defendeu a continuidade da organização popular após as eleições. Também participaram o ex-governador gaúcho Olívio Dutra e o ex-presidente da Conab Edegar Pretto, entre outras lideranças.

Após os discursos, os participantes realizaram uma caminhada pelo entorno do campus central da UFRGS, com previsão de seguir até o Mercado Público. A atividade integrou a mobilização política que antecede o segundo turno das eleições presidenciais, marcado para 25 de outubro, e destacou a presença da juventude e o diálogo entre diferentes gerações da esquerda gaúcha.

Países do Golfo se preparam para possível retomada de guerra entre EUA e Irã

Países do Golfo Pérsico reforçaram a atenção diante do risco de uma nova escalada militar entre os Estados Unidos e o Irã. Alertas de segurança, movimentações de forças militares e o aumento das tensões na região alimentam os receios de que o conflito possa ser retomado em grande escala, com consequências para a estabilidade do Oriente Médio e para a população civil.

O cenário de preocupação inclui o reforço da presença militar norte-americana na região e alertas emitidos por Washington para cidadãos e funcionários do governo. Segundo informações divulgadas nesta quinta-feira (22), os Estados Unidos determinaram a saída de funcionários governamentais não essenciais e de seus familiares da Arábia Saudita. Autoridades iranianas, por sua vez, alertaram que responderão a eventuais ataques contra o país e interesses norte-americanos na região. O presidente francês Emmanuel Macron pediu cautela durante visita oficial ao Catar, alertando que as tensões relacionadas às eleições em Israel e às eleições legislativas de meio de mandato nos Estados Unidos podem dificultar os esforços para evitar uma nova fase do conflito. Enquanto isso, Catar e Paquistão continuam atuando como mediadores diplomáticos entre Washington e Teerã. Uma retomada dos combates em larga escala poderia colocar civis em risco e afetar o abastecimento mundial de petróleo e gás, pressionando os preços internacionais da energia.

Macron anuncia proibição de protestos considerados ilegítimos na França

Foto: Thibaud Moritz AFP



O presidente da França, Emmanuel Macron, anunciou nesta quinta-feira (22) que manifestações consideradas "ilegítimas" serão proibidas nos próximos dias. A declaração foi feita após uma reunião com ministros e representantes dos serviços de inteligência, em meio à preocupação do governo com novos episódios de violência registrados em diferentes cidades francesas.

Macron atribuiu os confrontos, saques e depredações ocorridos no sábado (17) à atuação de grupos organizados de extrema-esquerda, que acusou de tentar desestabilizar a República. O presidente afirmou que as autoridades precisam impedir a repetição dos distúrbios e reforçar a segurança diante da possibilidade de novas mobilizações no país.

Para manifestações organizadas por entidades como sindicatos, o governo prevê a definição de trajetos alternativos, com o objetivo de proteger estabelecimentos comerciais.

As medidas foram anunciadas antes de novas mobilizações previstas para os próximos dias, em um cenário de tensão social relacionado ao custo de vida, à desigualdade e à insatisfação com os serviços públicos.

Senado do Peru concede poderes legislativos a Keiko Fujimori por 90 dias

O Senado do Peru aprovou, na quarta-feira (21), um projeto que concede à presidente Keiko Fujimori poderes para editar normas sem precisar submeter cada medida à aprovação prévia do Congresso. A delegação de competências terá duração de 90 dias e abrange áreas como segurança pública e enfrentamento dos efeitos do fenômeno climático El Niño. A decisão ocorre em meio ao agravamento da crise de segurança no país, marcada pelo aumento de homicídios e extorsões.

Entre as atribuições autorizadas estão mudanças nas regras de controle migratório, no uso de armas e no sistema penitenciário. O texto aprovado também permite à presidente autorizar a participação das Forças Armadas em ações de segurança externa de presídios e prevê medidas contra organizações criminosas que adotem práticas classificadas como semelhantes às do terrorismo. O Senado acrescentou novas competências ao projeto que já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados.

A ampliação dos poderes recebeu críticas da oposição, que manifestou preocupação com possíveis abusos das Forças Armadas no controle da ordem pública. O governo defende as medidas como parte da estratégia para combater o crime organizado e responder a emergências climáticas. Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, iniciou seu mandato em julho e prometeu adotar uma política rigorosa contra a criminalidade.

Anvisa proíbe venda de tiras para medir glicose da Accu-Chek anunciadas na Amazon

Foto: Valter Campanato/Ag. Brasil



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a venda, a distribuição, a importação e o uso de tiras reagentes para medir a glicose da marca Accu-Chek Active anunciadas na Amazon Brasil. A decisão foi publicada ontem (22) no Diário Oficial da União, após a identificação de produtos falsificados.

O problema foi identificado pela Roche Diabetes Care Brasil, responsável pela marca, que encontrou diferenças entre as tiras anunciadas e os produtos originais. Segundo a Anvisa, os itens estavam sem a embalagem externa original e apresentavam, em inglês, a indicação de que eram destinados exclusivamente a licitações governamentais.

A proibição abrange anúncios de tiras Accu-Chek Active com 50 unidades e de um kit com 100 unidades. A reportagem da Agência Brasil informou que aguardava um posicionamento da Amazon sobre o caso.

Criança Esperança apoia projeto que levará telas interativas a crianças em Manaus

Foto: Divulgação



O Centro de Apoio Social João Evangelista (CAS), localizado no bairro da União, zona Centro-Sul de Manaus, está entre as instituições apoiadas pelo Criança Esperança 2026, iniciativa da TV Globo em parceria com a UNESCO. O projeto Conexão Amazônia Digital prevê a instalação de quatro telas interativas para ampliar o acesso à tecnologia nas atividades educacionais de 80 crianças, com idades entre 6 e 11 anos.

Além das telas, a iniciativa prevê a aquisição de quatro computadores e quatro suportes móveis. Os equipamentos serão utilizados no complemento escolar, nas oficinas socioeducativas e nas aulas de canto e violão oferecidas pela instituição. A meta é que 80% das atividades desenvolvidas com as crianças contem com recursos tecnológicos, tornando o aprendizado mais interativo.

Atualmente, o CAS atende 120 pessoas com atividades educativas e culturais, alimentação e acompanhamento psicológico e social. Segundo a instituição, 76% do público atendido não possui renda ou recebe menos de um salário mínimo.

Criado em 2015 por iniciativa de voluntários e formalizado em 2020, o centro também desenvolve ações de geração de renda e atende famílias imigrantes venezuelanas que vivem na região.

MRV lança aplicativo para otimizar rotina de 6 mil corretores e impulsionar vendas

Foto: Divulgação



A construtora MRV lançou o aplicativo MRV para Corretores, apresentado em 21 de outubro durante o Conecta Imobi 2026. A plataforma foi desenvolvida para atender inicialmente cerca de 6 mil corretores ativos das marcas MRV e Sensia, reunindo em um único ambiente ferramentas para acompanhar contatos de clientes, propostas de venda e comissões.

Um dos recursos é o Motor de Cards de Ação, que organiza tarefas por urgência e impacto comercial, indicando ao profissional qual atividade deve priorizar. Segundo dados internos da empresa, mais de 40% dos corretores ultrapassam o prazo de dez minutos para assumir contatos de potenciais compradores distribuídos pela companhia. A ferramenta busca agilizar as notificações e o primeiro atendimento.

O aplicativo também permite consultar informações sobre os leads, acompanhar propostas integradas à Plataforma Habitacional e ao Salesforce, acessar dados de comissões e enviar documentos fiscais. De acordo com a MRV, a plataforma receberá atualizações e poderá futuramente ser ampliada para outros perfis de parceiros e imobiliárias credenciadas.

Sebrae-AM e Prefeitura de Manaus articulam melhorias na coleta seletiva e apoio a catadores

O Sebrae Amazonas e a Prefeitura de Manaus definiram encaminhamentos para fortalecer a coleta seletiva e ampliar a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis. As medidas foram discutidas em reunião realizada na quarta-feira (21), na sede do Executivo municipal, e incluem a formalização de um comitê gestor, o diagnóstico da coleta seletiva na capital e a busca por melhorias na infraestrutura das associações e cooperativas.

A iniciativa integra o Projeto Pró-Catadores, que, em 2026, envolve quatro cooperativas e cinco associações de catadores de Manaus. Entre as propostas estão a avaliação das condições dos galpões utilizados pelos trabalhadores, a identificação de entraves à regularização dos imóveis e a busca por parcerias e recursos para adequar os espaços. Também está previsto um diagnóstico dos aspectos legais, administrativos e operacionais da coleta seletiva para orientar as próximas ações.

Outro objetivo é aprimorar os modelos de contratação das organizações de catadores, reconhecendo suas atividades como serviços ambientais. A articulação envolve órgãos municipais das áreas de limpeza urbana, meio ambiente, finanças, regulação e empreendedorismo. Também estão entre as possibilidades discutidas a busca por apoio de instituições parceiras e a identificação de alternativas para fortalecer a reciclagem e a gestão de resíduos em Manaus.

Operação de sete hidrelétricas na Amazônia inclui monitoramento de rios e reservatórios

Foto: Igor Cavallini Johansen



A AXIA Energia centralizou em Tucuruí, no Pará, o comando de sete hidrelétricas da região amazônica, que somam 11,2 gigawatts (GW) de capacidade instalada. A mudança foi concluída com a transferência da operação das usinas de Teles Pires e Colíder, antes comandadas a partir de Brasília. Segundo a empresa, a integração busca padronizar procedimentos, agilizar decisões e melhorar a resposta a ocorrências que possam afetar a geração de energia. O conjunto reúne as usinas de Tucuruí, Teles Pires, Colíder, Balbina, Samuel, Coaracy Nunes e Curuá-Una. A partir do centro de operação, uma equipe acompanha as instalações em tempo real e ajusta a geração conforme as orientações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a disponibilidade dos equipamentos e as condições hidrológicas. Esse acompanhamento permite considerar mudanças nos níveis dos reservatórios e nas condições de funcionamento das usinas durante o planejamento operacional.

A centralização também permite reunir informações sobre as restrições ambientais de cada instalação, que precisam ser consideradas nas decisões de operação. Entre os aspectos monitorados estão as condições do rio a jusante de Tucuruí, a proteção dos peixes e as restrições relacionadas aos quelônios em Balbina. A estrutura funciona 24 horas por dia, com 17 profissionais. A empresa afirma que a integração busca tornar a gestão operacional mais ágil e consistente; os benefícios ambientais dependem do cumprimento das exigências específicas de cada usina.

Iniciativa conecta nove países para fortalecer a bioeconomia na Pan-Amazônia

Uma iniciativa da Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia reúne informações sobre 232 políticas públicas, programas e instrumentos voltados à bioeconomia em nove países e territórios da Pan-Amazônia. Lançada ontem (22), durante a 17ª Conferência das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP17), na Armênia, a plataforma Radar Bioecon busca facilitar a troca de experiências e ampliar a cooperação regional em torno do uso sustentável da biodiversidade.

O levantamento abrange Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Entre as iniciativas mapeadas estão estratégias nacionais, linhas de crédito, incentivos à produção e compras públicas. No Brasil, o estudo destaca programas como o de Alimentação Escolar (Pnae), o de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), que podem contribuir para ampliar mercados para produtores locais.

Apesar das iniciativas existentes, o acesso ao financiamento ainda é um obstáculo para cooperativas, associações e empreendimentos comunitários. Outro levantamento da rede identificou 141 mecanismos de financiamento para a bioeconomia na região, mas apenas 8,5% atendem à sociobiodiversidade.

A plataforma permitirá consultar e comparar políticas públicas, além de sugerir novos registros e atualizações, que passarão por análise antes de serem incluídos.

DSEI Parintins articula ações com municípios para proteger aldeias indígenas

Foto: Divulgação



O Distrito Sanitário Especial Indígena Parintins (DSEI PIN) intensificou as ações de vigilância e prevenção diante do avanço das queimadas e da estiagem em territórios indígenas do Amazonas e do Pará. Segundo o Boletim Epidemiológico nº 11, divulgado em 20 de outubro, 124 aldeias e 15.463 indígenas estão impactados pelos incêndios florestais e pela fumaça. A área de atuação do distrito abrange cinco municípios amazonenses e quatro paraenses.

Dados do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) registraram 709 focos de fogo em terras indígenas dos dois estados entre setembro e outubro de 2026: 208 em setembro e 501 em outubro. Apesar do aumento no total acumulado, o boletim aponta redução dos focos na semana epidemiológica 41, associada à atuação de brigadistas nos territórios e às chuvas recentes. O DSEI também intensificou o monitoramento de problemas respiratórios e outros agravos relacionados à fumaça e ao calor. Entre as medidas adotadas estão a articulação com brigadas indígenas e a Defesa Civil de Aveiro (PA), além de visitas técnicas a Barreirinha e Nhamundá para alinhar ações com órgãos municipais. O distrito solicita ainda o apoio das prefeituras de Barreirinha e Maués, no Amazonas, e de Aveiro, no Pará, em iniciativas de educação em saúde, prevenção de incêndios e manejo sustentável do solo.

Tefé terá reuniões para elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos

Foto: Reprodução



O município de Tefé, no interior do Amazonas, inicia na segunda-feira (26) as atividades para elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR). Pesquisadores do Serviço Geológico do Brasil (SGB) realizarão reuniões com representantes do poder público, da Defesa Civil, da sociedade civil e lideranças comunitárias para apresentar as etapas do plano, desenvolvido em parceria com a Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades.

A programação inclui uma reunião com a gestão municipal na segunda-feira (26) e um encontro aberto à população na terça-feira (27), às 19h30, na Câmara Municipal de Tefé. Também serão realizadas oficinas em escolas sobre riscos geológicos e prevenção de desastres. O mapeamento das áreas de risco está previsto para começar em 3 de novembro, com apoio da Defesa Civil Municipal e da comunidade.

O plano busca identificar áreas ocupadas que estejam sujeitas a riscos geológicos e hidrológicos, além de propor medidas para prevenir desastres e orientar o planejamento urbano. Durante as atividades, os moradores poderão compartilhar informações e indicar locais que considerem de risco, contribuindo para o diagnóstico do município.

Defensoria Pública apura falta de políticas de prevenção ao HIV e outras ISTs em Itacoatiara

A Defensoria Pública do Amazonas (DPAM) instaurou um procedimento coletivo para apurar a falta de políticas públicas de prevenção ao HIV e a outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em Itacoatiara, a 176 quilômetros de Manaus. A iniciativa busca ampliar o acesso da população aos serviços preventivos, especialmente à Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP), medicamento utilizado para reduzir o risco de infecção.

Segundo o defensor público Enio Barbalho, a demanda chegou à instituição por meio de uma denúncia anônima. A Defensoria recomendou à Prefeitura de Itacoatiara e à Secretaria Municipal de Saúde que elaborem, em até 90 dias, um plano para implementar a PrEP no município. A secretaria também deverá prestar, no prazo de dez dias, informações sobre a existência de políticas oficiais de prevenção a outras ISTs.

A instituição também encaminhará o procedimento à Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-RCP) e ao Ministério da Saúde, solicitando cooperação técnica para a implementação de medidas preventivas.

A Procuradoria-Geral do Município será comunicada sobre a investigação, que busca contribuir para a estruturação de políticas públicas de saúde e ampliar o acesso da população à prevenção.

Instituições científicas poderão importar equipamentos sem imposto

Universidades federais e institutos científicos não vão mais pagar impostos para importar materiais e equipamentos para pesquisa. O objetivo é que 100% das verbas de fomento sejam convertidas em tecnologia e insumos para os laboratórios, sem perder nada com tributação. A medida foi apresentada pelo Ministério da Fazenda para reduzir a burocracia.

As fundações de apoio vão agilizar o reaparelhamento de universidades públicas, institutos federais e institutos de ciência e tecnologia públicas. Essas instituições vão poder fazer as importações por conta e ordem, por meio das fundações credenciadas amparadas na regra da imunidade tributária recíproca, que proíbe entes da federação de se tributarem entre si. Atualmente, essa isenção tributária para pesquisas científicas no Brasil é limitada à cota do CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O que é insuficiente, segundo o Ministério da Fazenda.

Para evitar fraudes, foram criadas algumas regras. A importação deve ser feita obrigatoriamente em nome da instituição pública; o dinheiro deve correr em conta exclusiva ligada ao projeto e os bens devem ser incorporados imediatamente ao patrimônio das universidades.

Mulheres são 64% dos inscritos confirmados no Enem 2026

Foto: Noticias R7



As mulheres representam quase 64% dos inscritos confirmados no Exame Nacional do Ensino Médio deste ano. A informação está no Painel Enem 2026 divulgado esta semana pelo Inep, instituto responsável pelo exame e ligado ao Ministério da Educação.

A participação feminina cresceu 4 pontos percentuais em relação ao ano passado, quando elas representavam 60% das inscrições confirmadas. O número total de inscritos também subiu, chegando a pouco mais de 5 milhões; alta de quase 5% ante 2025. Já os maiores de 60 anos correspondem a 13.821 inscrições; ou seja, 0,27% do total. E o número reflete queda de 87% em comparação ao ano passado.

O Painel Enem 2026 também apresenta informações sobre o perfil dos participantes, com recortes por estado e município, e pode ser consultado na página gov.br/inep. As provas acontecem em dois domingos seguidos, em todo país, nos dias 8 e 15 de novembro.

No horário de Brasília, os portões abrem ao meio-dia, fecham às 13h e as avaliações começam 13h30.

Escolha de obras literárias por creches e pré-escolas termina dia 31

Foto: Agencia Brasil



As escolas públicas do país têm até 31 de outubro para "escolher obras literárias e informativas para crianças da creche e da pré-escola e materiais de apoio pedagógico para professores da educação infantil". A seleção começou na semana passada e deve ser feita no sistema do PNLD Gestão, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, até 31 de outubro. Todo o material vai servir para a educação dos pequenos entre os anos de 2026 e 2029, da educação infantil: creche e pré-escola.

O PNLD orienta a "avaliação, seleção e aquisição de livros e outros materiais didáticos" nas escolas públicas. No sistema, a seleção está organizada em TRÊS categorias: Creche: obras literárias e informativas; Pré-escola - obras literárias e informativas; e professores - obras de apoio pedagógico" para quem dá aula na educação infantil. A escolha é feita em trabalho conjunto de professores e professoras, com dirigente da escola. Para isso, é preciso considerar se a obra é adequada "à faixa etária das crianças" e se está de acordo com a proposta pedagógica escolar.

Com a chegada dos livros e materiais, tudo segue para bibliotecas e espaços de leitura das escolas. A quantidade de cada unidade escolar vai ser calculada com base no número de estudantes matriculados na creche e na pré-escola.

Justiça condena desembargadora a quase 15 anos de prisão por corrupção na Bahia

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), a 14 anos e 11 meses de prisão, em regime inicial fechado, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A decisão faz parte do primeiro julgamento de mérito de uma ação penal relacionada à Operação Faroeste, investigação que apurou um esquema de comercialização de decisões judiciais no estado. Além da magistrada, outros quatro réus foram condenados, entre eles o juiz aposentado Sérgio Humberto de Quadros Sampaio, sentenciado a 15 anos e oito meses de prisão, e o empresário Adailton Maturino dos Santos, que recebeu pena de 21 anos e sete meses. Segundo as investigações, o esquema envolvia pagamentos de vantagens indevidas para favorecer interesses empresariais em disputas fundiárias no oeste da Bahia. O tribunal também determinou a perda dos cargos públicos dos dois magistrados.



Foto: Agenda do Poder

A Operação Faroeste foi deflagrada em 2019 e investigou suspeitas de corrupção, lavagem de dinheiro e negociação de decisões judiciais relacionadas à grilagem de terras. Na mesma ação penal, três acusados foram absolvidos. As defesas dos condenados podem recorrer da decisão, e o início do cumprimento das penas depende do andamento dos recursos e do trânsito em julgado, conforme as regras processuais aplicáveis.

TJAM celebra posse de três desembargadores em sessão solene

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) realizou a sessão solene da posse dos desembargadores Ana Maria de Oliveira Diógenes, Paulo Fernando de Britto Feitoza e Marco Aurélio de Lima Choy. A cerimônia ocorreu no auditório do Desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, no prédio anexo à sede do Tribunal, e contou com a participação de autoridades do Sistema de Justiça, além de representantes do Executivo e Legislativo.

Os três magistrados já foram empossados administrativamente. Ana Maria de Oliveira Diógenes, pelas categorias de merecimento; e Paulo Fernando de Britto Feitoza, pelo de antiguidade, ambos em 23 de junho. Já Marco Aurélio de Lima Choy foi escolhido pelo Quinto Constitucional, na vaga designada à Ordem dos Advogados do Brasil e tomou posse em 25 de agosto.

A solenidade desta quinta, conduzida pelo presidente do Tribunal, desembargador Jomar Fernandes, celebrou oficialmente a chegada dos três ao 2.º Grau e foi transmitida ao vivo pelo canal do TJAM no YouTube. Também participaram na sessão os desembargadores João Simões, Yedo Simões, Flávio Pascarelli, Carla Reis, Jorge Lins, Lafayette Vieira Júnior, Nélia Caminha Jorge, Airton Gentil, José Hamilton Saraiva, Ernesto Chíxaro, Délcio Santos, Vânia Marques Marinho, Onilza Gerth, Mirza Telma Cunha, Luiza Cristina Marques, Ida Maria Costa e Lia Maria Guedes. Compuseram a mesa de honra o governador do Amazonas, Roberto Cidade; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), deputado estadual Adjuto Afonso; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas (OAB-AM), Jean Cleuter Mendonça; a subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), Anabel Vitória Mendonça; a subdefensora pública-geral do Amazonas, Sara de Sousa Lobo; o vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região (TRT-11), no exercício da Presidência, desembargador do Trabalho David Alves de Mello Júnior; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), conselheiro Josué Neto; o reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), André Zogahib; o diretor do foro da Seção Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1), juiz federal Alan Fernandes Minori; e o prefeito de Manaus, Renato Júnior.

Juiz é condenado por vender decisões para grilagem

O Superior Tribunal de Justiça condenou uma desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia e um juiz a cerca de 15 anos de prisão, cada um, por corrupção e lavagem de dinheiro. Esse foi o primeiro julgamento relacionado à Operação Faroeste, que revelou, em 2019, um esquema de grilagem de terras e venda de decisões no tribunal baiano, relacionadas a conflitos fundiários no oeste do estado. Na decisão a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago foi condenada a 14 anos e 11 meses de reclusão e o juiz Sérgio Humberto de Quadros Sampaio, a 15 anos e 8 meses de reclusão.

A Corte Especial também determinou a perda do cargo e que, após trânsito em julgado, as sanções sejam convertidas na cassação das aposentadorias. O colegiado também condenou Adaílton Maturino dos Santos a 21 anos e 7 meses; a esposa dele, Geciane Souza Maturino dos Santos, a 16 anos e 4 meses; e o advogado Ricardo Augusto Três, a 10 anos e 9 meses, pelos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

O ministro do STJ Og Fernandes, que foi o relator, destacou as provas que expuseram a motivação e a negociação do esquema. Ele cita uma anotação da desembargadora apreendida pela Polícia Federal.

Estudo identifica composto natural que pode ajudar no tratamento da artrite reumatoide

Pesquisadores identificaram um composto natural chamado obakulactona, extraído da casca de uma planta medicinal, que apresentou resultados promissores contra a artrite reumatoide em testes pré-clínicos. Em experimentos com ratos, a substância reduziu o inchaço das articulações, protegeu a cartilagem e diminuiu indicadores relacionados à inflamação.

O estudo, publicado na revista científica Engineering, investigou como o composto atua sobre a proteína ACOT1, envolvida no metabolismo dos ácidos graxos. Os pesquisadores observaram que a obakulactona favoreceu a degradação dessa proteína e alterou mecanismos celulares associados à inflamação. Testes com células de laboratório também apontaram redução da atividade inflamatória e da multiplicação anormal de células relacionadas à doença. Apesar dos resultados, a substância ainda não foi comprovada como tratamento seguro e eficaz em seres humanos. Os pesquisadores destacam que são necessários novos estudos para avaliar sua segurança e seus possíveis efeitos clínicos. A descoberta pode contribuir para o desenvolvimento de futuras estratégias terapêuticas contra a artrite reumatoide, doença autoimune crônica que provoca inflamação e pode causar danos progressivos às articulações.

Fonte: Higher Education Press, com informações de estudo publicado na revista Engineering.

Pesquisa aponta alfabetização como prioridade da educação para 51% dos amazonenses

Foto: Eliton Santos/Semed



Garantir que todas as crianças aprendam a ler e escrever na idade certa está entre as principais prioridades da educação para 51% dos amazonenses, segundo a pesquisa O que a população pensa sobre a educação | 2026. O levantamento foi realizado pelo Instituto IDEIA, a pedido da Fundação Itaú, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Instituto Unibanco e Todos pela Educação. No Amazonas, foram entrevistadas 500 pessoas com 16 anos ou mais, entre 6 e 11 de julho.

O estudo mostra que 66% dos entrevistados consideram possível alfabetizar todas as crianças, independentemente da origem socioeconômica ou raça. Por outro lado, apenas 24% concordam que os estudantes estão aprendendo a ler e escrever no ritmo esperado, enquanto 46% discordam. Sobre o significado da alfabetização, 41% não consideram suficiente que uma criança leia palavras e escreva frases simples se ainda tiver dificuldade para compreender textos.

Dados oficiais do Indicador Criança Alfabetizada mostram que o Amazonas avançou de 52% de crianças alfabetizadas no 2º ano do Ensino Fundamental, em 2023, para 57% em 2025, mas não alcançou a meta estabelecida para o último ano. Para a Fundação Lemann, os resultados reforçam a necessidade de priorizar políticas educacionais que garantam não apenas o domínio da leitura e da escrita, mas também a compreensão de textos.

Pesquisa identifica mudança nas principais fontes de calorias adicionadas ao café

Um estudo da Universidade Tufts, nos Estados Unidos, identificou um aumento de quase 40% nas calorias adicionadas ao café entre 2003 e 2018. A pesquisa analisou dados de aproximadamente 30 mil adultos norte-americanos e constatou que a quantidade média de calorias provenientes da bebida passou de 43 para 60 por dia, embora o volume consumido tenha permanecido relativamente estável.

De acordo com os resultados, os cremes não lácteos passaram a ser a principal fonte de calorias adicionadas ao café em 2018, superando o açúcar e o leite. Esses produtos contribuíram com uma média de 18,5 calorias por dia, enquanto o açúcar representou 16 calorias e o leite, 11. O consumo de cremes não lácteos mais que dobrou durante o período analisado.

Os pesquisadores destacam que os ingredientes adicionados à bebida podem influenciar a ingestão diária de calorias. No entanto, o estudo apresenta limitações, pois os dados alimentares foram autorrelatados e não permitem estabelecer uma relação direta de causa e efeito entre esses ingredientes e possíveis problemas de saúde.

Fonte: Universidade Tufts.



PF inicia atividades de central contra crimes cibernéticos infantis

Foto: Gabrel Correa



A Polícia Federal começou as atividades externas do Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. O CNCA vai receber as denúncias de crimes graves contra menores nas plataformas digitais. O Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente atende ao ECA Digital, em vigor desde março deste ano. Empresas que oferecem serviços para crianças e adolescentes estão obrigadas a comunicar para autoridades crimes identificados em suas plataformas.

Nesta primeira fase, por enquanto, o sistema está aberto para o cadastramento das empresas. Nas etapas seguintes, o CNCA vai organizar as notificações e encaminhar os casos para providências. A atuação será articulada com a Polícia Federal e as Polícias Civis nos 26 estados e no Distrito Federal.

O portal reúne informações sobre o funcionamento do Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente e as orientações para que as plataformas façam o cadastro para cumprir as obrigações legais. De acordo com relatório do Unicef deste ano, 3 milhões de adolescentes entre 12 e 17 anos que utilizam internet no Brasil já foram submetidos a algum tipo de exploração ou abuso sexual facilitados pela tecnologia no período de apenas um ano. Dois em cada três casos aconteceram em redes sociais e aplicativos de mensagens.

O Instagram e WhatsApp concentram mais da metade dos casos de abordagens abusivas. Em mais 50% dos casos, a vítima conheceu o agressor pela internet.

Segundo o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a produção, posse ou distribuição de material de abuso sexual infantil aumentou 176% entre 2021 e 2025. Um terço dos autores identificados eram os próprios adolescentes. De 2024 para 2025, os registros criminais formais de cyberbullying saltaram 61%. As denúncias no portal do Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente não serão feitas apenas por empresas.

Outro canal está previsto para receber informações diretamente da população.

O endereço do portal é gov.br/cnca e ele também traz informações para famílias, escolas e profissionais da rede de proteção, sobre proteção infantil no ambiente digital.

Cinco homens são presos com armas e distintivos na AM-070

Cinco homens com idades entre 28 e 49 anos foram presos em flagrante pela Polícia Militar, por meio da Ronda Ostensiva Cândido Mariano (Rocam), na rodovia AM-070, no município de Iranduba, Região Metropolitana de Manaus. O grupo foi interceptado na madrugada de quarta-feira sob suspeita de associação criminosa armada e porte ilegal de arma de fogo. A abordagem ocorreu após a equipe policial receber uma denúncia anônima indicando que homens armados haviam saído do município de Manacapuru com destino a Manaus, supostamente transportando entorpecentes e valores em espécie. Durante o patrulhamento na rodovia, os policiais identificaram e interceptaram dois veículos suspeitos. Ao realizarem a abordagem, os policiais constataram que os ocupantes usavam balaclavas e portavam distintivos da Polícia Civil do Amazonas, além de uma carteira funcional de investigador. Foram apreendidas quatro armas de fogo três pistolas calibre 9 mm e uma calibre .40, 71 munições de diferentes calibres e um colete balístico. Dois automóveis e cinco aparelhos celulares utilizados pelo grupo também foram recolhidos pela polícia.

Os cinco suspeitos foram conduzidos, juntamente com o material apreendido, ao Departamento de Repressão ao Crime Organizado (DRCO) para os procedimentos cabíveis, ficando à disposição da Justiça.

Polícia investiga câmeras em banheiros de escola no Paraná

A Polícia Civil instaurou uma investigação sobre a instalação de câmeras de segurança na parte interna dos banheiros de um colégio localizado em Cambé, no norte do Paraná. Os equipamentos foram recolhidos pelos investigadores e passarão por perícia técnica para verificar como foram instalados e se houve captação e armazenamento de imagens de estudantes.

Segundo relatos de alunas, a presença de um ponto preto nos azulejos dos sanitários feminino e masculino vinha sendo notada há cerca de três anos. Na ocasião, a direção da escola teria informado que se tratava de um sensor de fumaça. A suspeita sobre os dispositivos ressurgiu após uma estudante perceber uma luz vermelha no ponto preto e comunicar os colegas.

Após a desconfiança, estudantes verificaram a existência da transmissão de vídeo e registraram imagens da situação. Uma aluna retirou o azulejo que ocultava a fiação e o equipamento, publicando a gravação nas redes sociais. Diante do ocorrido, famílias de estudantes registraram um boletim de ocorrência, preocupadas com o registro de imagens dos alunos durante a troca de roupas após as aulas de educação física. Em nota oficial, a escola confirmou a presença das câmeras nos banheiros e alegou que os aparelhos foram colocados por razões de segurança, com o objetivo de evitar o consumo de fumo e tumultos no interior do espaço. A instituição informou também que a aluna que retirou o azulejo poderá sofrer sanções administrativas por vandalismo, incluindo risco de suspensão.



Nacional anuncia Luan Carlos como novo técnico

O Nacional confirmou a contração do técnico Luan Carlos. O ge Amazonas havia adiantado em primeira mão a chegada do treinador anunciado ao lado de sua comissão técnica composta pelo auxiliar Preto Costa e o analista de desempenho Emerson Duarte. O treinador chega com a missão de comandar o time na disputa do Estadual, Copa Verde, Copa do Brasil e Série C do Campeonato Brasileiro em 2027.

O último trabalho de Luan foi no Rio Verde, quando conquistou o título da divisão de acesso do campeonato goianos. Antes disso o treinador comandou o Anápolis-GO na campanha que garantiu a permanência na na Série C do Brasileiro. Luan Carlos também acumula passagem por times como o Centro-Oeste-Go, Altos-PI, Brasiliense, Brusque-SC, Caxias-RS e Floresta-CE.

O último trabalho de Luan foi no Rio Verde, quando conquistou o título da divisão de acesso do campeonato goianos. Antes disso o treinador comandou o Anápolis-GO na campanha que garantiu a permanência na na Série C do Brasileiro. Luan Carlos também acumula passagem por times como o Centro-Oeste-Go, Altos-PI, Brasiliense, Brusque-SC, Caxias-RS e Floresta-CE.

Seleção brasileira sub-17: veja os 21 convocados para a Copa do Mundo

Foto: Divulgação/GE



O técnico Carlos Eduardo Patetuci convocou os 21 jogadores que vão representar a seleção brasileira sub-17 na Copa do Mundo da categoria, no Catar, entre os dias 19 de novembro e 13 de dezembro. Entre os 21 convocados, o Athletico-PR e o Flamengo são os clubes com maior representação, com três jogadores de cada clube. Com dois jogadores chamados aparecem Atlético-MG, Fluminense, Corinthians, Palmeiras e Vasco. Já Santos, Grêmio, Cruzeiro, Bahia e Botafogo cederam um atleta.

Goleiros, Arthur do Vale (Santos), Arthur Sehn (Athletico-PR), Gabriel Werneck (Flamengo). Laterais, Marcos Pesseti (Athletico-PR), Samuel Almeida (Atlético-MG), Richard Wendel (Fluminense). Zagueiros, Breno Sales (Vasco), Daniel Silva (Flamengo), David Brendo (Grêmio), Iago Machado (Corinthians). Meio-campistas, Andrey Oliveira (Fluminense), Eduardo Conceição (Palmeiras), Eduardo Pape (Cruzeiro), Leonardo Cerci (Athletico-PR), Lucca Caramico (Corinthians). Atacantes, João França (Palmeiras), João Vitor (Flamengo), Kauê Furquim (Bahia), Lucas Emanuel (Botafogo), Riquelme Henrique (Atlético-MG), Rodrigo Junior (Vasco).

A comissão técnica acompanhou os jogadores ao longo da temporada e utilizou os períodos de treinamento, amistosos e torneios preparatórios para avaliar as opções antes de fechar o grupo para o Mundial. “Nosso principal critério foi a performance dos atletas, tanto nos clubes, ao longo do ano, nas competições que disputaram, quanto nos períodos em que estiveram com a seleção brasileira, durante os treinamentos e amistosos. Buscamos convocar os jogadores que estão apresentando o melhor desempenho neste momento”, explicou o treinador.

Torcida organizada vai ao CT para cobrar elenco do Corinthians mais uma vez

Lideranças da Gaviões da Fiel, principal torcida organizada do Corinthians, voltaram ao CT Joaquim Grava para cobrar o elenco pela situação do clube antes do jogo contra o Vasco, no sábado, em São Januário, pela 32ª rodada do Campeonato Brasileiro. O grupo de torcedores foi autorizado a entrar no centro de treinamento depois da atividade comandada por Clarence Seedorf. A reunião contou com a presença dos capitães do time, do gerente de futebol Júlio César, do presidente Osmar Stabile e do treinador corintiano.

Na última quinta-feira, torcedores organizados estiveram no Parque São Jorge para cobrar o presidente Osmar Stabile pela crise dentro e fora de campo. Na ocasião, pediram a demissão de Marcelo Paz e o afastamento de Memphis Depay.

Antes, em 18 de setembro, representantes das organizadas também foram ao CT Joaquim Grava para cobrar o elenco, então comandado por Fernando Diniz. Com 33 pontos e sem vencer há nove rodadas, o Corinthians ocupa a 16ª colocação do Brasileirão, uma posição acima da zona de rebaixamento. O Internacional abre o Z-4, com 32 pontos.



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
Comissão de Contratação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

ESPÉCIE E DATA: Contrato nº 213/2026, celebrado em 22/10/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ/AM, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15. CONTRATADO: J R DO N OLIVEIRA COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, CNPJ: 08.968.386/0001-31.OBJETO: Aquisição de cestas básicas, por meio de contratação de empresa para fornecimento, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade afetadas pela estiagem no Município de Tefé/AM, no ano de 2026, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Patrimonial. VALOR GLOBAL: de R$ 1.081.626,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil e seiscentos e vinte e seis reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação com fundamento legal no Inciso VIII, do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Tefé/AM, 22/10/2026

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
Comissão de Contratação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 214/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 13/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026

ESPÉCIE E DATA: Contrato nº 214/2026, celebrado em 22/10/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ/AM, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15. CONTRATADO: J R DO N OLIVEIRA COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, CNPJ: 08.968.386/0001-31.OBJETO: Aquisição de Água Mineral em garrafão de 20 litros com recipiente, por meio de contratação de empresa para fornecimento, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade afetadas pela estiagem no Município de Tefé/AM, no ano de 2026, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Patrimonial. VALOR GLOBAL: de R$ 737.880,00 (setecentos e trinta e sete mil e oitocentos e oitenta reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação com fundamento legal no Inciso VIII, do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Tefé/AM, 22/10/2026
NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
Comissão de Contratação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 215/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 14/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

ESPÉCIE E DATA: Contrato nº 215/2026, celebrado em 22/10/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ/AM, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15. CONTRATADO: J R DO N OLIVEIRA COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, CNPJ: 08.968.386/0001-31.OBJETO: Aquisição de Combustíveis, por meio de contratação de empresa para fornecimento, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade afetadas pela estiagem no Município de Tefé/AM, no ano de 2026, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Patrimonial. VALOR GLOBAL: de R$ 179.789,82 (cento e setenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação com fundamento legal no Inciso VIII, do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Tefé/AM, 22/10/2026

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Tefé
Comissão de Contratação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 216/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026

ESPÉCIE E DATA: Contrato nº 216/2026, celebrado em 22/10/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ/AM, inscrita no CNPJ nº 04.426.383/0001-15. CONTRATADO: J R DO N OLIVEIRA COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, CNPJ: 08.968.386/0001-31.OBJETO: Locação de lancha rápida e barco de grande porte tipo ferryboat, por meio de contratação de empresa, para apoio ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade afetadas pela estiagem no Município de Tefé/AM, no ano de 2026, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Patrimonial. VALOR GLOBAL: de R$ 254.400,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação com fundamento legal no Inciso VIII, do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Tefé/AM, 22/10/2026

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito Municipal

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Envira
Comissão Municipal de Contratação - CMC

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

O MUNICÍPIO DE ENVIRA, ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da Prefeitura Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que a autoridade competente decidiu ANULAR a Concorrência nº 003/2026, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de pavimentação e recuperação do sistema viário urbano do Município de Envira/AM.

A decisão fundamenta-se no art. 71, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de divergências internas entre o Edital e seus anexos quanto ao prazo de execução (9 meses em um documento e 8 meses em outro) e ao preço máximo admitido (R$ 31.629.474,43 em um documento e R$ 31.619.445,18 em outro). Essas divergências afetam a formulação das propostas e, por isso, não podem ser corrigidas por mero esclarecimento (art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021). Ficam sem efeito o Edital e todos os atos dele decorrentes.

A anulação não decorreu do acolhimento de impugnação. Não houve assinatura de contrato nem execução de despesa, conforme a documentação e as manifestações técnica e jurídica constantes dos autos.

A decisão foi devidamente motivada, com indicação dos fundamentos de fato e de direito, e observou as disposições legais aplicáveis, inclusive a prévia manifestação dos interessados, nos termos do art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os autos do processo administrativo estão disponíveis para consulta. Contra esta decisão cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 165, inciso I, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Envira/AM, 22 de outubro de 2026.

IVON RATES DA SILVA
Prefeito Municipal de Envira/AM

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos
Comissão de Municipal de Contratação

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

No AVISO DE LICITAÇÃO veiculado no dia 16/10/2026, no OnJornal, Seção: Atos Legais nº 2956, página 13,

ONDE SE LÊ: “Objeto: (...) para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de obras e Serviços Públicos – SEMOSP do município de Boa Vista do Ramos/AM; Abertura: 03/11/2026 às 11h30 (Horário de Brasília)”.

LEIA-SE: “Objeto: (...) para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Limpeza Pública – SEMIT do município de Boa Vista do Ramos/AM; Abertura: 11/11/2026, às 11h30mn (horário de Brasília)”. As demais informações permanecem inalteradas.

Boa Vista do Ramos/AM, 22 de outubro de 2026.
NICOLE VIEIRA FIGUEIREDO
Agente Contratação

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos
Comissão de Municipal de Contratação

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

No AVISO DE LICITAÇÃO veiculado no dia 16/10/2026, no OnJornal, Seção: Atos Legais nº 2956, página 13,

ONDE SE LÊ: “Abertura: 03/11/2026 às 14h (Horário de Brasília)”.

LEIA-SE: “Abertura: 11/11/2026, às 14h (horário de Brasília)”.

As demais informações permanecem inalteradas.

Boa Vista do Ramos/AM, 22 de outubro de 2026.

NICOLE VIEIRA FIGUEIREDO
Agente Contratação

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Coari
Secretara Municipal de Educação

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026-CCC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3139/2025 – SEMED

A Secretaria Municipal De Educação – SEMED, por intermédio de seu representante legal, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o teor da Ata de Recebimento e Julgamento da Documentação e dos Projetos de Venda apresentados no âmbito da Chamada Pública nº 003/2026 – CCC, referente à aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores indígenas, povos e comunidades tradicionais, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos da zona rural, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o calendário escolar de 2026, conforme objeto do Processo Administrativo nº 3139/2025 – SEMED; Considerando que o procedimento foi conduzido com observância às disposições do instrumento convocatório e às normas legais aplicáveis, em especial ao art. 14 da Lei nº 11.947/2009, c/as alterações promovidas pela Lei nº 15.226/2025, à Resolução CD/FNDE nº 11/2026 e, subsidiariamente, à Lei nº 14.133/2021, conforme aplicabilidade; Considerando o resultado do julgamento dos Projetos de Venda e da documentação de habilitação, conforme registrado na respectiva ata, bem como a inexistência de recursos pendentes de apreciação, caso devidamente certificada nos autos; Resolve: I- Adjudicar e Homologar o procedimento referente à Chamada Pública Nº 003/2026 – CCC, vinculada ao Processo Administrativo nº 3139/2025 – SEMED, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores indígenas, povos e comunidades tradicionais para atendimento da alimentação escolar dos alunos da zona rural, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, durante o calendário escolar de 2026, aos fornecedores individuais abaixo relacionados, conforme os respectivos projetos de venda aprovados: 1-Fornecedor Individual-Adalberly Assunção de Almeida 20187166743NIS no valor total de R$405,36 (quatrocentos e cinco reais e trinta e seis centavos) referente aos itens 14, 18, 25 e 03 para a Escola Lucila da Costa – Local Novo Porto do Tipiema/ Lago de Coari - Área Indígena; 2 - Fornecedor Individual - Abigail da Conceição Nascimento - 16130954124NIS no valor total de R$ 201,56 (duzentos e um reais e cinquenta e seis centavos) referente aos itens 15 e 17 para a Escola Mario Simões – Local Fortaleza - Área Indígena; 3 - Fornecedor Individual - Agenor dos Santos Moriz - AM09202601005067355CAF no valor total de R$ 1.389,31 (um mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos) referente aos itens 02, 07, 23, 29, 33 e 34 p/ Escola Vitoria Faba - Anexo Tirantes V - Local Anexo Lago Grande / DA ESC. Tiradentes - Área Indígena; 4 - Fornecedor Individual - Alcilene Faba da Costa - 20169692404NIS no valor total de R$ 592,32 (quinhentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos) referente aos itens 11 e 14 para a Escola Tiradentes – Local Comunidade Santa Maria Do Igapó Grande - Área Indígena; 5 Fornecedor Individual - Alclinio Assunção de Almeida - 20339526372NIS no valor total de R$ 392,64 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos) referente aos itens 11, 26 e 29 para a Escola Lucila da Costa – Local Novo Porto Do Tipiema/ Lago De Coari - Área Indígena; e item 29 para a Escola Quintiliana Adelina – Local Tupã Da Fazenda - Área Indígena; 6 - Fornecedor Individual - Alfreu Costa De Almeida - AM-09202601005071822CAF no valor total de R$ 1.352,78 (um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) referente aos itens 02, 06, 07, 08, 11, 32 e 34 para a Escola Lucila da Costa -Local Novo Porto Do Tipiema/ Lago De Coari - Área Indígena; e item 06 para a Escola Quintiliana Adelina – Local Tupã Da Fazenda - Área Indígena; 7 - Fornecedor Individual - Anaias Dantas Carvalho - AM10202401002187062CAF no valor total de R$ 1.506,38 (um mil, quinhentos e seis reais e trinta e oito centavos) referente aos itens 11 e 14 para a Escola Mario Simões – Local Fortaleza - Área Indígena e Vila Canaã/Copeá - ÁREA III; e itens 11 e 14 para a Escola Lino Rodrigues – Local Vila Canaã/Copeá - Área III e Fortaleza - Área Indígena; 8 - Fornecedor Individual - Andreison Ferreira da Silva - AM-12202601004393003CAF no valor total de R$ 407,07 (quatrocentos e sete reais e sete centavos) referente aos itens 11, 18 e 21 para a Escola Lindalva Souza – Local São Sebastião Do Patoá / Lago De Coari - Área Indígena; 9 - Fornecedor Individual - Cezarina Gomes Braga - AM-03202401000123988CAF no valor total de R$ 2.079,34 (dois mil e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 10, 11, 15, 17, 29, 31, 32, 25 e 34 para a Escola Santana – Local São José Do Inajá / R. Aroã - Área Indígena; 10 - Fornecedor Individual - Cornelio Da Silva Peres - AM02202501002668782CAF no valor total de R$ 6.233,10 (seis mil, duzentos e trinta e três reais e dez centavos) referente aos itens 10, 11, 14, 24, 33 e 25 para a Escola Claudino Marinho-Local Vila Amanaí - Área Indígena; itens 10, 24 e 33 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; e itens 10, 11, 14, 24, 33 e 25 p/Escola Marcilio Ramos – Local Araçari/ Médio Solimões - Área Indígena; 11 - Fornecedor Individual - Deides Miguel Dos Santos - AM12202501004393093CAF no valor total de R$ 421,38 (quatrocentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos) referente aos itens 08, 16 e 22 p/ Escola Lindalva Souza – Local São Sebastião Do Patoá/Lago De Coari - Área Indígena; 12 - Fornecedor Individual - Dheimicy da Silva Costa - 20177244709NIS no valor total de R$ 421,86 (quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos) referente aos itens 08 e 11 para a Escola Vitoria Faba - Anexo Tirantes V – Local Anexo Lago Grande / Da Esc. Tiradentes - Área Indígena; e item 08 para a Escola Tiradentes – Local Comunidade Santa Maria Do Igapó Grande - Área Indígena; 13 - Fornecedor Individual - Dilmara Gomes Arantes - 21249230650NIS no valor total de R$ 254,20 (duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) referente aos itens 08, 14 e 32 para a Escola Manoel Marcelino dos Santos – Local São Sebastião Da Liberdade/ Copeá - Área Indígena; 14 - Fornecedor Individual - Edilane Simões Correa - AM-06202501003568334CAF no valor total de R$ 244,77 (duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos) referente aos itens 08 e 18 para a Escola Mario Simões – Local Fortaleza - Área Indígena; 15 - Fornecedor Individual - Edriana Freitas Moreira - 20177593231NIS no valor total de R$ 293,64 (duzentos e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos) referente aos itens 17, 20 e 32 para a Escola Frei Damião – Local URUBU-RETAMA / R. Mamiá - Área Indígena; 16 - Fornecedor Individual - Elciane da Silva Rocha - 21219815774NIS no valor total de R$ 480,38 (quatrocentos e oitenta reais e trinta e oito centavos) referente aos itens 03, 08, 11, 12, 13 e 18 para a Escola Quintiliana Adelina – Local Tupã Da Fazenda - Área Indígena; 17-Fornecedor Individual-Eliete Araújo Pereira- AM-09202501004116733CAF no valor total de R$ 7.116,20 (sete mil, cento e dezesseis reais e vinte centavos) referente aos itens 02, 13, 23 e 24 para a Escola Claudino Marinho – Local Vila Amanaí - Área Indígena; e item 13 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; 18 - Fornecedor Individual - Elionete De Oliveira Ferreira - 16025435511NIS no valor total de R$ 1.538,99 (um mil, quinhentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos) referente aos itens 07, 20, 23, 30 e 29 para a Escola Lindalva Souza – Local São Sebastião do Patoá / Lago de Coari - Área Indígena; 19 - Fornecedor Individual - Elizeu Menezes de Souza - 16151159943NIS no valor total de R$ 1.480,80 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta centavos) referente aos itens 11 e 14 para a Escola Dom Jackson Damasceno II-Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; 20 Fornecedor Individual-Enoque Marinho Cornélio AM03202601004661742CAF no valor total de R$ 1.121,25 (um mil, cento e vinte e um reais e vinte e cinco centavos) referente aos itens 11, 14, 18, 29 e 34 para a Escola Claudino Marinho – Local Vila Amanaí - Área Indígena; 21 - Fornecedor Individual - Erica do Carmo Da Gama - 16122225712NIS no valor total de R$ 2.124,17 (dois mil, cento e vinte e quatro reais e dezessete centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 04, 10, 15, 17, 20, 26, 29, 25 e 34 para a Escola Professora Mariana Melo de Almeida – Local Divino Espírito Santo Do Jericó - Área I; e item 01 para a Escola Lucila da Costa – Local Novo Porto Do Tipiema/ Lago De Coari - Área Indígena; 22- Fornecedor Individual - Evandicele Cardoso Queiroz - AM05202401001580082CAF no valor total de R$ 553,57 (quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos) referente aos itens 20 e 32 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; itens 20 e 32 para a Escola Clemente Vieira – Local São Pedro/ Vila Lira - Solimões - Área II; e itens 20 e 32 para a Escola Marcilio Ramos – Local Araçari/ Médio Solimões - Área Indígena; 23 - Fornecedor Individual - Evandro Ferreira Pereira - 13074077025NIS no valor total de R$ 3.004,25 (três mil e quatro reais e vinte e cinco centavos) referente aos itens 03, 26, 27, 28 e 29 para a Esco-

continua...

...continuação

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Coari
Comissão Permanente de Licitação - CPL

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026-CCC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3139/2025 – SEMED

la Claudino Marinho – Local Vila Amanaí - Área Indígena; 24 - Fornecedor Individual - Fernanda Queiroz De Belem – 15389858135 NIS no valor total de R$ 540,68 (quinhentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos) referente aos itens 03 e 17 para a Escola Dom Jackson Damasceno II-Local N. S. Aparecida Esperança/Solimões-Área Indígena; 25- Fornecedor Individual-Francisco Conceição do Nascimento AM11202501004295837 CAF no valor total de R$ 16.450,66 (dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos) referente aos itens 02, 10, 13, 23, 24 e 34 para a Escola Humbelina de Souza – Local Comunidade Jacaré/ L. Mamiá - Área V; itens 02, 10, 13, 23, 24 e 34 para a Escola Coronel Gaudêncio – Local Nossa Senhora Da Conceição Doboã/Lago De Coari - Área I; itens 02, 10, 13, 23, 24 e 34 para a Escola Maria Almeida do Nascimento – Local Divino Espirito Santo Do Isidorio/Lago De Coari - Área I; e itens 02, 10, 13, 23, 24 e 34 para a Escola Ramal Paraiso- Anexo Maria Almeida – Local Bucuará/ Lago De Coari - Área I; 26 - Fornecedor Individual - Francisco Torres da Silva - AM0920260100501357CAF no valor total de R$ 4.008,11 (quatro mil e oito reais e onze centavos) referente aos itens 11 e 24 para a Escola Manoel Marcelino dos Santos – Local São Sebastião Da Liberdade/ Copeá - Área Indígena; e itens 11, 24 e 28 para a Escola Dom Mario – Local São Francisco Da Vila Fernandes/ Copeá - Área III; 27 - Fornecedor Individual - Iolanda Cardoso De Queiroz - 13075396027NIS no valor total de R$ 719,48 (setecentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos) referente aos itens 03 e 08 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; 28 - Fornecedor Individual - Jailson Nassur de Souza - AM-07202501003685186CAF no valor total de R$ 746,83 (setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos) referente aos itens 08 e 12 para a Escola Claudino Marinho – Local Vila Amanaí - Área Indígena; e item 12 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; 29 - Fornecedor Individual - Jlhon Leno Roberto Oliveira Da Silva - AM10202601005126729CAF no valor total de R$ 3.130,33 (três mil, cento e trinta reais e trinta e três centavos) referente aos itens 01, 04, 10, 13, 14, 16, 21, 24 e 28 para a Escola Lindalva Souza – Local Comunidade Do Patoá; 30 - Fornecedor Individual - José Alzizio Simoes Da Silva - AM11202401002286538CAF no valor total de R$ 701,75 (setecentos e um reais e setenta e cinco centavos) referente aos itens 03 e 11 para a Escola Mario Simões – Local Fortaleza - Área Indígena; 31 - Fornecedor Individual - José Ireno Moreira Da Silva - AM-10202501004222349CAF no valor total de R$ 909,99 (novecentos e nove reais e noventa e nove centavos) referente aos itens 02, 10, 28, 33 e 34 para a Escola Lindalva Souza – Local São Sebastião Do Patoá / Lago De Coari - Área Indígena; 32 - Fornecedor Individual - Keividy Butemberg Moriz da Costa - 16522159393NIS no valor total de R$ 421,86 (quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos) referente aos itens 08 e 11 para a Escola Vitoria Faba - Anexo Tirantes V – Local Anexo Lago Grande / Da Esc. Tiradentes - Área Indígena; e item 08 para a Escola Tiradentes – Local Comunidade Santa Maria Do Igapó Grande - Área Indígena; 33 - Fornecedor Individual - Ligier Da Silva De Souza - AM09. 202501004116733CAF no valor total de R$ 599,14 (quinhentos e noventa e nove reais e catorze centavos) referente aos itens 03, 08, 15 e 17 para a Escola Claudino Marinho – Local Vila Amanaí - Área Indígena; 34 - Fornecedor Individual - Luanda Araujo da Costa - 16491829791NIS no valor total de R$ 715,41 (setecentos e quinze reais e quarenta e um centavos) referente aos itens 03, 06 e 20 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; 35 - Fornecedor Individual - Lucas Da Rocha Peres - AM06202401001732386CAF no valor total de R$ 5.132,86 (cinco mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e seis centavos) referente aos itens 03, 08, 11, 15 e 18 para a Escola Claudino Marinho – Local Vila Amanaí - Área Indígena; e itens 15, 18, 24 e 29 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; 36 - Fornecedor Individual - Maria Devani Da Silva Araujo - AM02202601004553884CAF no valor total de R$ 448,56 (quatrocentos e quarenta e oito eais e cinquenta e seis centavos) referente ao item 25 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; 37 - Fornecedor Individual - Maria Luzileide Souza Da Silva - 16351471622NIS no valor total de R$ 6.717,84 (seis mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 10, 11, 14, 15, 17, 29, 25 e 34 para a Escola Manoel Antônio Damasceno – Local Divino Esp. Santo Do Boari / R. Coari Grande - Área Indígena; e itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 10, 11, 14, 15, 17, 29, 32, 25 e 34 para a Escola Monte Orebe – Local Itapera / Rio Urucú - Área I; 38 - Fornecedor Individual - Maria Naide De Souza Oliveira - 16432458952NIS no valor total de R$ 802,70 (oitocentos e dois reais e setenta centavos) referente aos itens 11, 12, 26 e 25 para a Escola Lindalva Souza – Local São Sebastião Do Patoá / Lago De Coari - Área Indígena; 39 - Fornecedor Individual - Maria Willane Souza E Souza - 22818391295NIS no valor total de R$ 5.296,57 (cinco mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 11, 15, 17, 20 e 29 para a Escola Estanislau Monteiro da Silva - I – Local Vila Monteiro / R. Coari Grande - Área Indígena; e item 34 para a Escola Manoel Soares da Fonseca – Local Comunidade Monte Orebe - Área I; 40 - Fornecedor Individual - Mariete Gaspar Queiroz - 2045314135201NIS no valor total de R$ 1.215,68 (um mil, duzentos e quinze reais e sessenta e oito centavos) referente aos itens 26, 27 e 28 para a Escola Frei Damião – Local Uruburetama / R. Mamiá - Área Indígena; 41 - Fornecedor Individual - Marineia Batista Coca - 204407718592NIS no valor total de R$ 773,37 (setecentos e setenta e três reais e trinta e sete centavos) referente aos itens 03, 08, 09, 13, 14, 17, 18, 23, 32 e 25 para a Escola Quintiliana Adelina – Local Tupã Da Fazenda - Área Indígena; 42 - Fornecedor Individual - Matheus Klisman Souza E Souza - 16422637757 no valor total de R$ 5.569,46 (cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 07, 11, 14, 15, 17 e 34 para a Escola Domingos Ferreira – Local Santa Maria Do Curupira/ Urucú - Área I; e itens 01, 02, 03, 07, 11, 14, 15, 17, 29 e 34 para a Escola Manoel Soares da Fonseca – Local Comunidade Monte Orebe - Área I; 43 - Fornecedor Individual - Mizael De Souza Oliveira - 16608173238NIS no valor total de R$ 491,58 (quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos) referente aos itens 06, 15, 17 e 19 para a Escola Lindalva Souza – Local São Sebastião Do Patoá / Lago De Coari - Área Indígena; 44 - Fornecedor Individual - Noemia De Souza Oliveira - 20220205838NIS no valor total de R$ 1.193,46 (um mil, cento e noventa e três reais e quarenta e seis centavos) referente aos itens 03, 07, 09 e 14 para a Escola Lindalva Souza – Local São Sebastião Do Patoá / Lago De Coari - Área Indígena; 45- Fornecedor Individual-Odete Nunes De Almeida - AM04202501003354101CAF no valor total de R$ 3.192,26 (três mil, cento e noventa e dois reais e vinte e seis centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 12, 14, 15, 17, 18, 26, 28, 29, 33, 25 e 34 para a Escola Pedro Araújo – Local N.S. Aparecida-Martelo/Rio Urucú - Área I; 46 - Fornecedor Individual - Olendina Santos Da Costa - 16603540755NIS no valor total de R$ 156,58 (cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) referente aos itens 08, 15 e 32 para a Escola Manoel Marcelino dos Santos – Local São Sebastião Da Liberdade/ Copeá - Área Indígena; 47 - Fornecedor Individual - Orley Ovídio Pedro - AM-09202601005115225CAF no valor total de R$ 2.028,08 (dois mil e vinte e oito reais e oito centavos) referente aos itens 24 e 28 para a Escola Manoel Marcelino dos Santos – Local São Sebastião Da Liberdade/ Copeá - Área Indígena; 48 - Fornecedor Individual - Paulo Cesar Freitas Evangelista - 16528117501NIS no valor total de R$ 2.119,59 (dois mil, cento e dezenove reais e cinquenta e nove centavos) referente aos itens 07, 13, 15, 24 e 34 para a Escola Frei Damião – Local Uruburetama / R. Mamiá - Área Indígena; 49 - Fornecedor Individual - Pedro Waldiner da Silva Brito - AM 0922026.01.005093999CAF no valor total de R$ 26.616,27 (vinte e seis mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos) referente aos itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Alzira dos Santos – Local Vila Do Trocaris/Solimões Área IV; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Ana Maria – Local São Lázaro Do Sacaí/Solimões - Área IV; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Antenor Albuquerque – Local Nova Repúlblica/Solimões - Área IV; 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Higina Tavares – Local Lauro Sodré/Solimóes - Área IV; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Irmã Conceição Bessa – Local Santo Antônio Do Curupira - Área IV; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Profº Waldemar Plácido – Local Amazonino Mendes/Soli-

...continua...

...continuação

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Coari
Comissão Permanente de Licitação - CPL

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026-CCC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3139/2025 – SEMED

mões - Área IV; itens 15, 16, 22 e 23 para a Escola Raimundo Moreira – Local N.S. De Fátima,Juçara - Área IV; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Senador Alvaro Maia – Local Vila Do Camará / Solimões - Área V; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Coronel Gaudêncio – Local Nossa Senhora Da Conceição Doboã/Lago De Coari - Área I; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Maria Almeida do Nascimento – Local Divino Espirito Santo do Isidorio/Lago de Coari - Área I; 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Capitão Silva – Local SÃO FCº / Ilha Do Ariá - Área V; itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 22 e 23 para a Escola Henoc Siqueira Cavalcante – Local São Francisco / Ilha Botija - Área V; e itens 16 e 22 para a Escola Claudino Marinho – Local Vila Amanaí - Área Indígena; 50 - Fornecedor Individual - Raimunda Antônia Cavalcante Queiroz - 16665703585NIS no valor total de R$ 366,83 (trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos) referente ao item 03 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; 51 - Fornecedor Individual - Raimunda Braga De Souza - 19013538978NIS no valor total de R$ 8.939,45 (oito mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 10, 11, 15, 17, 29, 32, 25 e 34 para a Escola Manoel Nogueira – Local Vista Alegre Do Samambaia / R. Coari Grande - Área Indígena; itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 10, 11, 15, 17, 29, 32, 25 e 34 para a Escola Maria Lúcia – Local São Pedro Da Terra Nova / Coari Grande - Área I; e itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 10, 11, 15, 17, 29, 32, 25 e 34 para a Escola São Sebastião Rodrigues do Nascimento – Local Angelim / R. Urucú - Área Indígena; 52 - Fornecedor Individual - Rangel Batista Dos Santos - 16628216706NIS no valor total de R$ 380,51 (trezentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos) referente aos itens 07, 14, 20, 33 e 25 para a Escola Quintiliana Adelina – Local Tupã Da Fazenda - Área Indígena; e itens 20 e 33 para a Escola Lucila da Costa – Local Novo Porto Do Tipiema/ Lago De Coari - Área Indígena; 53 - Fornecedor Individual - Raykelliny Willame Souza Souza - 16529875949NIS no valor total de R$ 1.802,32 (um mil, oitocentos e dois reais e trinta e dois centavos) referente aos itens 01, 03, 04, 07, 08, 09, 11, 14, 15, 17, 20, 28, 29, 31, 25 e 34 para a Escola Ramal Paraiso- Anexo Maria Almeida – Local Bucuará/ Lago De Coari - Área I; 54-Fornecedor Individual-Raylene Rodrigues Da Silva AM-04202501003354101CAF no valor total de R$ 4.012,32 (quatro mil e doze reais e trinta e dois centavos) referente aos itens 02, 03, 08, 10, 11, 12, 14, 17, 18, 32, 33 e 34 para a Escola Raimundo Moreira – Local N.S. De Fátima,Juçara - Área Iv;55 - Fornecedor Individual - Regiane Ramos Da Silva - AM112024.01.002300641CAF no valor total de R$ 403,91 (quatrocentos e três reais e noventa e um centavos) referente aos itens 03 e 17 para a Escola Mario Simões – Local Fortaleza - Área Indígena; 56 - Fornecedor Individual - Regineuza Sales Miranda - AM11202401002300917CAF no valor total de R$ 675,08 (seiscentos e setenta e cinco reais e oito centavos) referente aos itens 11, 32 e 25 para a Escola Mario Simões – Local Fortaleza - Área Indígena; 57 - Fornecedor Individual - Roberto Fialho De Souza - 12734342024NIS no valor total de R$ 1.014,48 (um mil e quatorze reais e quarenta e oito centavos) referente aos itens 13 e 24 para a Escola Frei Damião – Local Uruburetama / R. Mamiá - Área Indígena; 58 - Fornecedor Individual - Romário Batista Dos Santos - 16533965779NIS no valor total de R$ 404,31 (quatrocentos e quatro reais e trinta e um centavos) referente aos itens 02, 07 e 23 para a Escola Quintiliana Adelina – Local Tupã Da Fazenda - Área Indígena; 59 - Fornecedor Individual - Rosana Santos Da Silva - 20177249182NIS no valor total de R$ 220,14 (duzentos e vinte reais e catorze centavos) referente aos itens 10, 22 e 31 para a Escola Frei Damião – Local Uruburetama / R. Mamiá - Área Indígena; 60 - Fornecedor Individual - Rosivan Batista Dos Santos - 19061796779NIS no valor total de R$ 866,38 (oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos) referente aos itens 03, 07, 11, 12, 26, 28, 33 e 34 para a Escola Quintiliana Adelina – Local Tupã Da Fazenda - Área Indígena; 61 - Fornecedor Individual - Thelma Cavalcante Queiroz De Belem 1666578070NIS no valor total de R$ 1.837,50 (um mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) referente ao item 11 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; e item 11 para a Escola Clemente Vieira – Local São Pedro/ Vila Lira - Solimões - Área Ii; 62 - Fornecedor Individual - Thiago Silva Dos Santos - 16590421243NIS no valor total de R$ 1.100,53 (um mil e cem reais e cinquenta e três centavos) referente aos itens 02, 13, 31 e 32 para a Escola Lindalva Souza – Local São Sebastião Do Patoá / Lago De Coari - Área Indígena; 63 - Fornecedor Individual - Valdiney Tavares Brito - AM 092026.01.005042506 no valor total de R$ 24.583,44 (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos) referente aos itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Alzira dos Santos – Local Vila Do Trocaris/Solimões Área IV; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Ana Maria – Local São Lázaro Do Sacaí/Solimões - Área IV; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Antenor Albuquerque – Local Nova Repúlblica/Solimões - Área IV; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Higina Tavares – Local Lauro Sodré/Solimóes - Área IV; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Irmã Conceição Bessa – Local Santo Antônio Do Curupira - Área IV; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Profº Waldemar Plácido – Local Amazonino Mendes/Solimões - Área IV; itens 01 e 13 para a Escola Raimundo Moreira – Local N.S. De Fátima,Juçara - Área IV; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Senador Alvaro Maia – Local Vila Do Camará / Solimões - Área V; itens 01 e 13 para a Escola Dom Jackson Damasceno II – Local N. S. Aparecida Esperança / Solimões - Área Indígena; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Coronel Gaudêncio – Local Nossa Senhora Da Conceição Doboã/Lago De Coari - Área I; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Maria Almeida do Nascimento – Local Divino Espirito Santo Do Isidorio/Lago De Coari - Área I; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Capitão Silva – Local SÃO FCº / Ilha Do Ariá - Área V; itens 01, 03, 11, 13 e 17 para a Escola Henoc Siqueira Cavalcante – Local São Francisco / Ilha Botija - Área V; e item 01 para a Escola Claudino Marinho – Local Vila Amanaí - Área Indígena; 64 - Fornecedor Individual - Vanessa Dos Santos Fernandes - 16608606126NIS no valor total de R$ 1.085,65 (um mil e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) referente aos itens 03, 08, 09, 11, 18, 22, 31 e 32 para a Escola Manoel Marcelino dos Santos – Local São Sebastião da Liberdade/ Copeá - Área Indígena; 65 - Fornecedor Individual - Waldiner Martins De Carvalho - 12814090021 NIS no valor total de R$ 2.385,82 (dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) referente aos itens 07, 11, 12 e 14 para a Escola Vitoria Faba - Anexo Tirantes V – Local Anexo Lago Grande / Da Esc. Tiradentes - Área Indígena; e itens 07 e 12 para a Escola Tiradentes – Local Comunidade Santa Maria Do Igapó Grande - Área Indígena; 66 - Fornecedor Individual - Wellerson Richard Souza E Souza - AM-04202501003354101CAF no valor total de R$ 4.906,67 (quatro mil, novecentos e seis reais e sessenta e sete centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 07, 10, 11, 15, 17, 29 e 34 para a Escola Epitácio Pessoa – Local São José Do Pavão/ R.Aroã - Área I; e itens 01, 02, 03, 04, 07, 10, 11, 15, 17, 29, 25 e 34 para a Escola São Thomé – Local São Thomé/ Lago De Coari - Área I; 67 - Fornecedor Individual - Willian Richard Souza E Souza - 1659850093NIS no valor total de R$ 5.317,96 (cinco mil, trezentos e dezessete reais e noventa e seis centavos) referente aos itens 01, 02, 03, 07, 10, 11, 15, 17, 28, 29 e 34 para a Escola Deolindo Dantas – Local Vila Sales /Aroã - Área I; e itens 01, 02, 03, 07, 11, 15, 17, 29 e 34 para a Escola Verônica Monteiro – Local N. S. De Nazaré Itaboca / Lago De Coari - Área Indígena; II – Determinar que sejam adotadas as providências necessárias à publicação e à divulgação do presente ato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas (D.O.M.), no Diário Oficial da União (D.O.U.), no Diário Oficial do Estado do Amazonas (D.O.E.AM.), no Jornal do Commercio (JC), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal da Transparência do Município de Coari/AM e no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Coari/AM, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, garantindo a devida publicidade e transparência ao resultado da Chamada Pública. Gabinete Do Secretário Municipal De Educação, Coari/AM em 09 de outubro de 2026.

.

RODRIGO CÈSAR DA SILVA MOREIRA
Secretário Municipal de Educação